

IMPRENSA,
INDÍGENAS VERSUS
RURALISTAS:
AS TENSÕES ENTRE
O MODELO
DESENVOLVIMENTISTA
E O BOM VIVER
(*TEKOVE PORÃ*)

[ARTIGO]

Jorge Kanehide Ijuim Antônio
Hilário Aguilera Urquiza
Moema Guedes Urquiza

[RESUMO ABSTRACT]

Os embates entre indígenas e ruralistas no Brasil configuram uma desavença antiga. O colonizador quer terras para usufruir e o indígena quer o direito de viver nessas terras e manter sua cultura. Quando as demarcações de reservas atrasam, os indígenas ocupam áreas que reivindicam. Os fazendeiros reagem pelo poder político, econômico e pela violência. O presente estudo investiga o comportamento da mídia diante desses confrontos. Para tanto, observamos reportagens veiculadas em Mato Grosso do Sul com o apoio da Análise da narrativa (Motta, 2013). Ao entrevistar representantes dos índios, anotamos como estes percebem a atuação da imprensa nessas questões. Nossas argumentações se fundamentam na Sociologia das Ausências (Santos, 2002), na Antropologia e no conceito de 'bom viver', embasados na teorização de Fábio Mura (2006). Ao final, constatamos que a essência desses conflitos está no choque entre o modelo de desenvolvimento capitalista e o modo de agir/pensar do 'bom viver' - *tekove porã*.

Palavras-chaves: Jornalismo e sociedade. Questão indígena. Conflitos agrários. Indígenas. Mato Grosso do Sul.

The clashes between indigenous people and ruralists in Brazil represent an old quarrel. The colonizer wants to use lands while indigenous people want the right to live in these lands and maintain their culture. When reserve demarcations are delayed, indigenous people occupy the areas that they claim. Farmers react through political and economic power and by violence. This study investigates the behavior the media regarding these confrontations. Therefore, we observe news stories in Mato Grosso do Sul with the support of narrative analysis (Motta, 2013). When interviewing representatives of indigenous people, we noted how they perceive the role of the press in these matters. Our arguments are based on the Sociology of Absences (Santos, 2002), on Anthropology and on the 'good living' concept, presented in the theory of Fabio Mura (2006). Finally, we have found that the essence of these conflicts is in the clash between the capitalist development model and the ways in which to act/think according to 'good living' - *tekove porã*.

Keywords: Journalism and Society. Indigenous Issues. Agrarian conflicts. Indigenous. Mato Grosso do Sul.

1. HISTÓRICA LUTA PELA TERRA

A história dos conflitos entre os povos indígenas e o colonizador europeu no Brasil remonta a própria chegada das primeiras caravelas portuguesas, no Século XVI. A publicação *Brasil: 500 anos de povoamento*, editada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2000, estima que a população naquele momento era de 2,4 milhões de índios. Já o censo populacional de 2010, do mesmo IBGE, dá conta que este número estava em torno de 890 mil pessoas – 0,47% da população total do país. O processo de colonização e as conquistas de territórios, portanto, é um dos motivos dessa redução expressiva da população nativa.

Como relata Fabio Mura (2006), nos três séculos seguintes à chegada do europeu, a história da grande nação Guarani foi marcada por uma forte presença missionária jesuítica, assim como pelo assédio de *encomenderos* espanhóis e por ataques de bandeirantes portugueses. Inicialmente, a ocupação territorial por portugueses e espanhóis assentava-se no desenvolvimento de atividades agrícolas para a produção de alimentos, além da evangelização. O engajamento de indígenas nessas atividades se deu por diferentes maneiras e exercício do poder.

No Século XVI, as iniciativas mais agressivas de sujeição dos povos indígenas foram as incursões das “bandeiras paulistas” – os bandeirantes. A partir da cidade de São Vicente, estes se moviam à procura do que os europeus consideravam a única riqueza disponível entre São Paulo e Assunção (hoje Paraguai) – a mão de obra escrava

indígena. Estas ações subverteram limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494) e contribuíram para o alargamento de fronteiras sobre os territórios espanhóis. Esses “caçadores de escravos” fizeram um roteiro pelas missões jesuítas e, como descreve Bartomeu Melià, entre 1628 e 1632, mais de 60 mil pessoas teriam sido trazidas pelos bandeirantes para São Paulo e Rio de Janeiro, além dos prováveis 15 mil mortos deixados para trás durante as incursões militares (Melià *apud* Mura, 2006).

Por esses fatos, percebe-se que a mão de obra de indígenas cativos foi determinante para a instalação da colônia. Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro foram levantadas através do trabalho escravo do índio. Mantendo essa rotina de sujeição, os séculos seguintes foram marcados pela ocupação territorial e exploração econômica até a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808. Ao transferir a sede da Corte para o Rio de Janeiro, D. João VI criou uma base suficiente para governar provisoriamente o reino. Entre os aportes estruturais aqui implantados foram a abertura de portos, a criação do primeiro banco e da Academia Real Militar, a abertura de escolas de Medicina, a instalação de fábricas de pólvora e ferro, a fundação da Academia de Belas Artes, a criação de bibliotecas e museus.

Estas iniciativas demarcaram o tom da modelo de desenvolvimento para o futuro do país. Ainda que não seja objeto deste trabalho, é importante destacar que Portugal já contava com o trabalho escravo de africanos, destinados a todo tipo de atividade braçal, desde os afazeres

domésticos à agricultura. A colônia foi levantada e mantida, portanto, pelas mãos escravas de indígenas e de africanos.

Tal política de desenvolvimento persistiu pelo Império de Pedro I e Pedro II, dando sinais de ruptura ao final do século XIX, com a abolição da escravatura, em 1888, e com a proclamação da República, no ano seguinte. Neste momento, a sociedade brasileira passa de uma organização monárquica para a republicana, o que proporciona transformações profundas, deixa a economia escravista em favor da economia capitalista. Para compensar a ausência da mão de obra escrava, recém-abolida, houve grande incentivo à imigração europeia. Assim, desembarcaram no país, inicialmente, contingentes expressivos de italianos, alemães e espanhóis. Como revela Renato Ortiz, “a política migratória, além de seu significado econômico, possui uma dimensão ideológica que é o branqueamento da população brasileira” (Ortiz, 2003, p. 31).

O mesmo autor salienta que, no princípio do Século XX, instituiu-se entre a intelectualidade o que chama de “mito das três raças” (Ortiz, 2003, p. 39). Para ele, essa fábula é puramente simbólica, é linguagem e não celebração. A supremacia “branca” prevalece pelas décadas seguintes. ■

“... a sociedade brasileira passa de uma organização monárquica para a republicana, o que proporciona transformações profundas, deixa a economia escravista em favor da economia capitalista.”

MATO GROSSO DO SUL E A QUESTÃO FUNDIÁRIA

A partir deste momento, vamos concentrar este trabalho nos conflitos de terras em Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste brasileiro, que possui características bastante particulares.

Fronteira com o Paraguai, ao sul, e com a Bolívia, a oeste, o estado dispõe de uma população de 2,5 milhões de habitantes num território de 357 mil km². Seu rebanho bovino alcança 26 milhões de cabeças e a área plantada com a soja ultrapassa 2,3 milhões hectares, sem considerar outras culturas. Em contraste, a população indígena de 70 mil pessoas (IBGE, 2010), representa 2,4% da população total do estado. Nessas circunstâncias, em pleno Século XXI, o cenário tem sido propício para a intensificação desses conflitos.

O avanço para o Centro-Oeste teve início no Século XIX com a implantação de projetos de ocupação do território pós-guerra da Tríplice Aliança, mais conhecida como Guerra do Paraguai. Uma extensa faixa ao sul originalmente pertenceu àquele país e foi conquistada na *Guerra Grande*, como ficou conhecido o conflito entre os paraguaios. Conforme estudos de Antonio Brand (1997), as terras devolutas foram cedidas a grandes empreendimentos, como a Companhia Matte Laranjeira, que as utilizaram para a exploração econômica, especialmente a coleta de erva-mate e madeira. Apesar de não afetar significativamente as comunidades indígenas, promoveu abusos da mão de obra do índio. Este maior contato trouxe o aumento de velhas e novas doenças, que causaram grande impacto na população (sarampo, varíola, tuberculose, entre outras).

A partir dos anos 1940, com o enfraquecimento desses negócios, as políticas federais desenvolvimentistas levaram à região os projetos agropecuários, os maiores responsáveis pela ocupação e exploração de áreas que, originalmente, eram territórios indígenas. Daí o início dos maiores embates entre proprietários rurais e índios. O episódio deu início a um processo de “confinamento” provocado, por um lado, pelos projetos agropecuários que acarretaram na formação de cidades e a consequente superpopulação de colonizadores e, por outro, a pequena parcela de território reservada aos indígenas. Imaginava-se, na época, que estes iriam desaparecer – morrer ou tornarem-se caboclos – e, por isso, acreditavam que apenas 3 mil hectares seriam suficientes. Essa medida comprimiu as comunidades indígenas em pequenas reservas – espaços insuficientes para manterem seus modos de vida (Brand, 1997).

Outra onda desenvolvimentista ocorreu nos anos 1970, durante a Ditadura Militar. A “descoberta da Fronteira Agrícola” motivou grandes investimentos na região e o consequente deslocamento de grandes populações de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para a exploração do campo.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, assegurou aos indígenas o direito de reaver seus territórios tradicionais. O documento estabeleceu um prazo de cinco anos para a regularização fundiária, mas as “batalhas judiciais”, no entanto, duram até hoje. De um lado, indígenas lutam pela retomada das áreas; de outro, fazendeiros defendem a posse legítima das propriedades. Violência,

morte e crimes são os resultados desses confrontos gerados por essas disputas.

Naquele estado, os embates entre ruralistas e os povos indígenas registram casos emblemáticos. Alguns episódios de violência tiveram repercussão nacional e internacional como o assassinato de Marçal de Sousa, líder também chamado como “Tupã-i”, em 1983. Outro caso expressivo foi a morte do cacique Marcos Verón, em 2003 e um episódio mais recente foi o “Caso Guaiviry”, em 2011, que resultou na morte do cacique Nísio Gomes. Em finais de agosto deste ano, indígenas ocuparam fazendas no município de Antônio João, no interior do estado. A presidente do Sindicato Rural local decidiu retomar as propriedades e, acompanhada de pelo menos 100 homens armados, reocuparam uma das fazendas. O confronto levou à morte o líder indígena Simeão Vilhalva.

O presente trabalho parte da observação do modo com que a imprensa conta, interpreta e transmite as histórias de conflitos entre indígenas e ruralistas. Para tanto, analisamos uma amostra de reportagens publicadas em Mato Grosso do Sul. Nosso grupo de pesquisa tem investigado o noticiário dos meios de comunicação social – impressos e eletrônicos – entre 2012 e 2015. Nesta etapa examinamos mais detidamente sete reportagens publicadas em dois momentos cruciais de confrontos recentes. Para tanto, recorreremos aos recursos da Análise Crítica da Narrativa proposta por Luiz Gonzaga Motta (2008, 2013). Como uma adaptação da Narratologia aos estudos do Jornalismo, esta metodologia supõe procedimentos como a 1) recomposição do acontecimento, a 2) identificação de conflitos, a 3) construção discursiva

de personagens, as 4) estratégias comunicativas, a 5) relação comunicativa e a 6) metanarrativa.

Analisamos, também, depoimentos de alguns representantes indígenas, particularmente professores, acerca de sua compreensão sobre a forma como a imprensa trata o conflito agrário e como estes compreendem o papel do território para seu “bom viver”. Estes depoimentos foram extraídos de entrevistas realizadas com professoras das etnias Kaiowá, Kadiwéu e Guarani-Ñandeva por ocasião da pesquisa de mestrado em Educação da investigadora Moema Urquiza (2012), uma das autoras deste trabalho. Os professores exercem papel de liderança nas comunidades indígenas e ocupam um lugar de fronteira entre mundos – indígena e não indígena. Conforme salienta Jorge Duarte, a entrevista em profundidade busca, com base em teoria e pressupostos, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. Numa pesquisa qualitativa, como a que se apresenta, a entrevista supõe a interpretação e reconstrução pelo investigador, em diálogo crítico com a realidade (Duarte, 2006, p. 62-63).

Ao final, vamos trazer à discussão nossas inferências sobre os porquês do comportamento da Imprensa nesses episódios, quando discorreremos com base na Sociologia das Ausências e das Emergências (Santos, 2002) e na Antropologia a partir dos estudos de Fábio Mura (2006) sobre o modo de agir/pensar indígena do bom viver – *tekove porã*. ■

2. CONFLITOS PELA IMPRENSA E REPERCUSSÕES ENTRE OS INDÍGENAS

Como a imprensa conta, interpreta e transmite as histórias de conflitos entre indígenas e ruralistas? A partir desta pergunta lançamos nosso olhar aos órgãos de comunicação social sul-mato-grossenses e, em seguida, confrontamos com depoimentos de lideranças indígenas da região.

2.1 IMPRENSA E A LÓGICA DOMINANTE

Enquanto espaço de fronteira - como território e como espaço de negociação permanente de valores, relações de poder, espaço de trânsito (Bhabha, 1998), a narrativa jornalística reconstrói os conflitos entre indígenas e ruralistas trazendo um ambivalente jogo de poder, de visibilidade/invisibilidade. As reportagens a seguir sinalizam o tom da cobertura sobre esses casos.

Índios alegam reintegração de posse e invadem oito fazendas em Corumbá
Midiamax, 7 mai 2012

Índios invadem mais 12 fazendas e criam novo foco de tensão no Estado
Campo Grande News, 26 out 2013

Índios invadem mais 2 fazendas em Japorã e ateiam fogo em uma delas
Campo Grande News, 27 out 2013

Índios invadem mais uma fazenda; já são 14 e PF vai ao local para negociar
Campo Grande News, 27 out 2013

Índios invadem fazendas e provocam

tensão em MS

Correio do Estado, 27 ago 2015
(chamada de 1ª página)

Indígenas invadem nove fazendas e ameaçam ocupar mais propriedades

Correio do Estado, 27 ago 2015
(Caderno Cidades - página 15)

Proprietário retoma fazenda e índio morre em confronto

Correio do Estado, 30 ago 2015
(chamada de 1ª página)

Produtores retomam fazenda invadida e um indígena morre

Correio do Estado, 30 ago 2015
(Caderno Cidades - página 13)

(Todas as reportagens estão referenciadas ao final deste texto)

No primeiro movimento proposto por Motta, a *recomposição do acontecimento jornalístico* (1), nota-se a serialidade temática. Das notícias aparentemente descontínuas de significação, reconstroem-se na nova narrativa os cenários e a sucessão de estados de transformação. Neste caso, “índios invadem propriedades rurais” e “produtores reagem e retomam fazendas”. Esta mesma constatação também se torna evidente no movimento de *identificação de conflitos* (2), ao apresentar os fatos através de conotações dramáticas imediatas e negativas; e assim irrompem, desorganizam e transtornam.

Desde este domingo (6) cerca de 150 índios kadiwéu estão entrando em fazendas de Corumbá e alegando reintegração de posse nas propriedades rurais. O Cimi (Conselho Indigenista Missionário) informou que a ação não é uma invasão, mas sim a retomada de posse das terras

dos índios. “Há uma documentação farta provando que aquelas terras são deles”, disse Flávio Vicente Machado, do Cimi.

Para o produtor rural que teve a ameaça de invasão anunciada nesta segunda-feira (7), Roberto Coelho, é uma violência a ação indígena. “Não estão mostrando documentação nenhuma, somente a arma é o documento deles”, alega.

Índios alegam reintegração de posse e invadem oito fazendas em Corumbá

- Midiamax, 7 mai 2012.

Por este trecho, percebe-se que os conflitos apresentados nas reportagens em análise ganham o tom de denúncia da “invasão de indígenas” a “propriedades privadas”. Ao mesmo tempo, enfatizam a questão da legitimidade/ilegitimidade da ação dos índios. Nesta recomposição do acontecimento, os conflitos são ressaltados pelo jogo visibilidade/invisibilidade. Por um lado, se enaltece de forma conotativa o “direito à propriedade” dos ruralistas. De outro, descontextualiza-se o índio enquanto ser humano e enquanto povo também dotado de direitos. Mais que isso, os textos constroem uma narrativa pela qual o indígena é alguém que incomoda, desorganiza, desestabiliza, causa problemas. Esse conjunto de reportagens também revela como se dá a *construção discursiva de personagens* (3). Vejamos este trecho:

Após ocupar duas propriedades rurais na sexta-feira (25), índios invadiram, na noite de ontem para hoje, mais 12 áreas em Japorã. Produtores rurais querem retirar o gado das áreas ocupadas e um novo foco de tensão foi criado em Mato Grosso do Sul. Os indígenas da etnia Guarani-

Kaiowa reivindicam há 10 anos a demarcação da área de 9.460 mil hectares, que fica próximo ao Rio Iguatemi, em Japorã. A invasão das propriedades começou há bastante tempo e até já houve conflito entre produtores e indígenas há 10 anos.

Índios invadem mais 12 fazendas e criam novo foco de tensão no Estado

- Campo Grande News, 26 out 2013.

A construção de frases, as palavras escolhidas pelas reportagens não deixam dúvida de que os indígenas são responsáveis pelo clima de tensão que vive Mato Grosso do Sul. Na raiz da palavra “invasão” estão ideias como ataque, assalto, tomada agressiva, uso da força. Da mesma forma, a ideia de “tensão” remete para crise, conflito, intensidade. Por isso, ao construir o personagem índio o texto o responsabiliza por todo um passado de crises, tensões, ataques, assaltos, violências na disputa pela terra naquele Estado.

Quanto ao movimento *estratégias comunicativas* (4), Motta alerta que o jornalista é, por natureza, um narrador discreto. Utiliza recursos de linguagem que procuram camuflar seu papel como narrador, apagar a sua mediação. Por isso, há que se descobrir os dispositivos retóricos utilizados por repórteres e editores capazes de revelar o uso intencional de recursos linguísticos e extralinguísticos para produzir efeitos. No caso em análise, nota-se que os jornalistas têm relatado apenas a *mesmidade*, sem considerar a alteridade, a diferença. Por *mesmidade*, a partir de Skliar (2003), compreendemos o “modelo do mesmo”, a referência, a lente por meio da qual o sujeito enxerga o mundo e o *outro* – como utilizado por Bhabha (1998) e por Hall (2003) para nominar a alteridade –, buscando enquadrar o *outro* em sua semelhança e expulsando o diferente.

Sem desconsiderar a importância do aspecto técnico e profissional no processo de construção da notícia, quando a pauta é a questão da terra, a retomada de territórios tradicionais pelos indígenas, o conflito com os produtores rurais e a resistência das famílias indígenas, as matérias jornalísticas, em especial as regionais, limitam-se ao relato dos fatos, sem a necessária contextualização e problematizações que tornem a narrativa mais densa e eticamente responsável. Se oculta, por exemplo, as medidas oficiais através de processos de demarcações de terras, laudos e perícias antropológicas solicitadas pela justiça, retomada de territórios.

Outra estratégia que se pode observar na sequência de reportagens é a persistência. No dia seguinte da matéria citada acima, o mesmo portal noticioso veiculou:

Mais duas fazendas da região de Japorã - a 487 quilômetros de Campo Grande - foram invadidas pelos índios da etnia Guarani-Kaiowá entre a noite de ontem (26) e a manhã deste domingo (27). Em uma das propriedades, a família fugiu as pressas da sede e acabou se perdendo no matagal. Na outra, os indígenas atearam fogo na casa e destruíram móveis e objetos.

Segundo o presidente do Sindicato Rural de Iguatemi, Hilário Parisi, o clima em toda a região está tenso. "É uma indignação tremenda. Sensação de impunidade. Eles entraram nas fazendas e não deixam os produtores nem retirar o gado e nem entrar no pasto para tratar dos animais. Todos estão saindo fugidos", contou.

Índios invadem mais 2 fazendas em Japorã e ateiam fogo em uma delas
- Campo Grande News, 27 out 2013.

No fragmento aqui transcrito pode-se verificar que em ambas as peças jornalísticas o Campo Grande News utiliza a forma expressiva "invadem mais (12 e depois 2) fazendas". A persistência nos termos "invadem" e "mais" procuram reforçar ideias de agressão e de intensidade. É interessante observar que em outro confronto, dois anos depois, outro jornal recorre aos mesmos recursos linguísticos:

Índios invadem fazendas e provocam tensão em MS

Antônio João - Índios da etnia guarani invadiram nove fazendas e, segundo o DOF, havia ameaça de colocar fogo no município.

Desde sábado, o clima é de tensão no município de Antônio João, na região de fronteira do Brasil com o Paraguai. Índios da etnia guarani invadiram fazendas na região e do distrito de Campestre, entrada para outras propriedades. Os produtores rurais resolveram bloquear os acessos entre as rodovias MS-164 e MS-384, com receio de que os indígenas concretizem a ameaça de colocar fogo em Antônio João, informação que foi repassada pelo Departamento de Operações de Fronteira (DPF). A Polícia Federal foi acionada, mas ainda não foi ao local. Os índios reivindicam 10 mil hectares como propriedade memorial. Correio do Estado, 27 ago 2015 (chamada de 1ª página)

Indígenas invadem nove fazendas e ameaçam ocupar mais propriedades (trecho na página 15)

Produtores rurais afirmam que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) encabeça as invasões e a presidente do Sindicato Rural de Antônio João, Roseli Maria Ruiz, a situação no município é um "caos" e que, "diante de um caos dessa magnitude não tenho ideia do

que fazer para garantir a ordem. Contactamos todas as autoridades e poderes de polícia. Até o momento, não tivemos respostas”.

Correio do Estado, 27 ago 2015
(Caderno Cidades - página 15)

Neste episódio de grande repercussão nacional, o Correio do Estado repete as mesmas formas expressivas porque, ao que parece, os sentidos que estas formas carregam estão internalizadas entre os jornalistas. Por outro ângulo, pode-se inferir que esta estratégia também visa naturalizar as noções de “invasão ilegal a propriedades privadas” e de “comportamento agressivo dos indígenas”. É interessante ressaltar que no trecho selecionado da matéria das páginas internas (15), há uma notória “vitimização” dos ruralistas que se sentem inseguros: “diante de um caos dessa magnitude não tenho ideia do que fazer para garantir a ordem. Contactamos todas as autoridades e poderes de polícia. Até o momento, não tivemos respostas”. Três dias depois, o mesmo Correio do Estado publicou a seguinte peça jornalística:

Proprietário retoma fazenda e índio morre em confronto

Antônio João – Batalha na Fazenda Barra, ontem à tarde, teve um índio morto e ao menos dez feridos.

A disputa por terra entre índios e fazendeiros, no município de Antônio João, teve ontem seu episódio mais grave. Um grupo de aproximadamente 100 pessoas ligadas aos proprietários rurais retornou a Fazenda Barra ocupada, até então, por centenas de índios. Ambos os lados estavam armados, havia espingardas e pistolas e arco e flecha. No confronto, morreu Simeão Vilhalva, um dos

líderes guarani kaiowá, atingido por um disparo na cabeça. Ao menos outros dez indígenas ficaram feridos no confronto.

Correio do Estado, 30 ago 2015
(chamada de 1ª página)

Em reportagem que apresenta o desdobramento daquele episódio, informa a retomada da propriedade ocupada e anuncia a morte de um índio. O repórter trata de maneira acrítica o fato de a ação ser praticada por “100 pessoas ligadas aos proprietários rurais”, em outros termos “pistoleiros” (sicários) que fizeram justiça com as próprias mãos. Na matéria principal, nas páginas internas, também não elucida o que quer dizer “ambos os lados estavam armados, havia espingardas e pistolas e arco e flecha”. Quem dispunha de espingardas e pistolas? Quem portava arco e flecha?

Num relato de caráter estritamente cronológico, o jornalista nem sequer questionou o desequilíbrio de forças no confronto. Ao final da matéria das páginas internas, o jornalista enfatizou:

POPULAÇÃO – O clima dentro da cidade é de puro terror. Moradores se dizem aterrorizados e inseguros. O motorista João Paulo Gonçalves Maciel tem 41 anos e há 20 mora em Antônio João. Ele se diz apavorado. “Estamos todos nervosos, porque ninguém sabe de fato o que está acontecendo. Já houve outros conflitos aqui, mas sempre aparecia a Justiça para apaziguar e, depois, ia embora. Mas, agora, ninguém sabe o que pode acontecer”, lamentou.

Produtores retomam fazenda invadida e um indígena morre

Correio do Estado, 30 ago 2015
(Caderno Cidades – página 13)

A análise da narrativa para Motta deve observar particularmente o “contrato cognitivo” implícito entre jornalistas e audiência, que segue as máximas da objetividade, da co-construção da realidade objetiva. Esta *relação comunicativa* (5) gera uma estabilidade entre os interlocutores e, a partir da compreensão dessa estabilidade, é possível interpretar as violações das máximas jornalísticas e compreender as pressuposições, as insinuações, as ironias e outros efeitos de sentido que simultaneamente se realizam.

As violações desse contrato cognitivo já estão de várias formas expostas nas etapas precedentes. Mas vale apenas notar que os atravessamentos presentes nos textos aqui discutidos parecem visar a legitimação da lógica do colonizador, ao tempo em que contribuem para disseminar ideias preconceituosas e limitadoras sobre a pessoa indígena na sociedade não-indígena. A defesa e a manutenção desta lógica demarca o enquadramento (angulação) estabelecido pelos órgãos de comunicação social em Mato Grosso do Sul. As diversas formas de preservação desta lógica se revelam no jogo de visibilidade/invisibilidade aqui já refletidas. Quem tem voz nessas peças jornalísticas? As fontes primárias na maioria das matérias são as oficiais – Polícia Federal, Ministério Público, Conselho Missionário Indigenista (Cimi) – e representantes de sindicatos rurais, o que nos faz supor a intencionalidade do silenciamento e invisibilidade dos pontos de vista dos próprios indígenas.

Por outro lado, as reportagens analisadas valorizam a população “não-índia” como vítimas dos agressores. Estas constatações, portanto, também apontam o 6º movimento da Análise da Narrativa proposta por Luiz Gonzaga Motta, a *metanarrativa* como um plano

da estrutura profunda da narrativa. O autor argumenta que “a narrativa jornalística, por mais que se pretenda isenta e imparcial, é também fortemente determinada por um fundo ético ou moral” (Motta, 2008, p. 164).

A leitura possível da sequência de reportagens aqui discutidas é de que não se trata de um cenário de guerra, pelo qual quase sempre interesses antagônicos estão em jogo. Trata-se mais de um cenário de luta entre o bem e o mal, entre mocinhos e bandidos; entre os que defendem a ordem, a estabilidade econômica, a paz e o direito e aqueles que desestabilizam, causam insegurança, são violentos e imprevisíveis, ameaçadores. O fundo ético ou moral, portanto, parece ser o confronto entre o ruralista que adquiriu legalmente suas terras e tem direito à propriedade e o indígena como o transgressor que supostamente usa da violência para violar a ordem estabelecida. ■

2.2 COMO OS ÍNDIOS PERCEBEM OS CONFLITOS PELA IMPRENSA

Diante do quadro estabelecido pela análise desta amostra de reportagens, consideramos relevante visualizar como os próprios indígenas se veem representados na Imprensa. Para tanto, recorreremos a recortes de algumas entrevistas realizadas por uma das autoras deste trabalho em sua pesquisa anterior¹. As lideranças consultadas serão identificadas como *Professora (seguida da etnia)* para preservar

[1] URQUIZA, Moema G. (2012).

a privacidade da fonte e para respeitar as exigências dos comitês de ética das universidades brasileiras.

Ao tratar de situações de violência envolvendo indígenas na imprensa, a *Professora Kaiowá* percebe que as notícias mostram um índio como se não fosse da sociedade, pessoas que não sabem, às vezes distorcem toda a verdade. Para ela, casos de violência existem por todos os lados, ainda que, muitas vezes, apareçam apenas os índios como aqueles que “violam a ordem”. E acrescenta:

Às vezes por falta de perspectiva, eles fazem isso. É claro que tem uns que fazem, é igual aos não índios. Tem de tudo. Na comunidade também não é diferente. Ainda mais agora, com essa nova vida, essa nova mudança, superpopulação, tem os que não plantam, que vivem de cesta básica. **Muita gente morando um perto do outro. Como o índio nunca foi de viver confinado, tudo apertadinho, acaba não se dando com o vizinho, e isso incomoda outro...** isso eles [a imprensa] não colocam. Só colocam o que interessa a eles. Não coloca o que é do interesse dos indígenas. Não falam que os índios precisam de terra para viver, sobreviver, plantar, fazer suas roças, essas coisas não falam (*Grifos nossos*).

A problemática destacada pela *Professora Kaiowá* diz respeito à realidade a que foram subjugados os povos indígenas de Mato Grosso do Sul, em particular o povo Guarani Kaiowá, com a criação das reservas como já destacado anteriormente. Com exceção dos Kadiwéu, todos os demais vivem em contextos marcados pela perda territorial e pelo confinamento

em terras reduzidas, com os recursos naturais profundamente comprometidos, os quais não oferecem mais condições para sua sustentabilidade. Essa é uma das consequências do modelo de desenvolvimento econômico imposto pela sociedade não indígena às comunidades.

Diante da representação do indígena nos textos jornalísticos, aquilo que é noticiado na imprensa chama a atenção da *Professora Kadiwéu* que chega a expressar “um sentimento de revolta” diante do que vê. A atenção e o cuidado em parar para acompanhar a notícia que será veiculada a seguir na televisão ou no rádio, por exemplo, demonstra que os indígenas não estão alheios ao que acontece ao seu redor. Pelo contrário: estão em permanente interação, atravessados pelo contexto cultural e participam como sujeitos questionadores.

Na mídia, em termos de televisão, se tá anunciando uma notícia que vai passar sobre a questão indígena, eu já penso: “preciso parar porque daqui a pouco vai passar uma reportagem sobre indígena”. Independente de etnia. Se é Terena, Kadiwéu ou Kaiowá Guarani. A gente quer saber qual é o contexto que mídia coloca. E isso não é só comigo, dentro da minha família, todo mundo para [para ver a reportagem].

Querendo ou não a gente já vai preparado para receber as notícias que vem. A gente, como indígena, conhece o próprio contexto das outras comunidades. Mas a mídia faz questão de trazer um lado totalmente negativo. **E parece que isso é de propósito.**

Por exemplo, quando falam de Dourados, por mais que eu não more lá, eu sou indígena, eu me considero irmã daquela etnia. [A mídia] está focando também a minha imagem, **a minha identidade.** Eles [os jornalistas] usam os acontecimentos negativos para a representação das aldeias de

Dourados. Tanto é que em vários lugares perguntam pra gente:

- 'Você é indígena?'

- 'Sou', respondo.

- 'Ah! Então é você que passa fome.

Ah! É vocês que matam.'

- 'E aonde você viu isso?'

- 'Ué, passou na televisão, lá em Dourados, vocês matam.'

A gente sente uma raiva, uma angústia. **Mexe com nosso lado selvagem!** Dá vontade de dar aquela resposta que na verdade a gente tem que parar e refletir: 'é melhor eu me calar do que procurar um maior problema aqui' (*Grifo nosso*).

A percepção da Professora Kadiwéu de que a imprensa ressalta os aspectos negativos, parece estar articulada ao fato de tal representação mexer com a sua identidade, que é sempre relacional. O olhar do outro, o discurso do outro - da imprensa e dos desdobramentos deste discurso nas pessoas - corrobora, constrói/desconstrói, tem impacto direto na construção da identidade. No depoimento da Professora Kadiwéu, a expressão "e parece que isso é de propósito" - traz uma carga emocional, subjetiva. Explicita que a representação construída não corresponde àquela que o sujeito indígena considera ser sua própria identidade e que tal constatação toca de maneira determinante com o seu ser.

O discurso jornalístico sobre a questão da luta pela terra tem reflexos não apenas na população indígena como um todo, na visão que a sociedade possui dos povos indígenas, mas também interfere na construção da identidade da pessoa indígena, em especial os mais jovens. Tanto a Professora Guarani-Ñandeva, quanto a Professora Kaiowá lembram que a questão territorial

tem um significado diferente para os povos indígenas, bem distante da lógica econômica de exploração da terra como bem comercial:

A imprensa divulga a luta dos Guarani-Kaiowá pela terra, com o enfoque do não-índio, que é a propriedade, e a terra para nós indígenas é sobrevivência. A gente não vê a terra como propriedade, a gente vê a **terra como espaço de vida**. E a imprensa nunca divulgou, ao menos no que eu li, sobre estas terras que as comunidades estão reivindicando demarcação, eles não veem como espaço pela vida, a luta do espaço pela vida. A imprensa divulga, como soltaram aí no Estado, "demarcação não - produção sim": a terra apenas para produzir, para reverter em capital. Enquanto para nós indígenas a terra é de sobrevivência, a terra é vida (*Professora Guarani-Ñandeva. Grifos nossos*).

Invasão de terra, por exemplo, não é invasão de terra. Eles só estão fazendo a retomada de suas terras. Às vezes as pessoas falam assim: 'índio preguiçoso, só toma tereré², não faz nada'. Mas na verdade não é índio preguiçoso, é o jeito dele ser. Não é porque ele tá tomando tereré, tá numa sombrinha, que é preguiçoso. "Não tem sua roça, não trabalha em roça", muitas vezes a gente ouve falar. **Mas ele tem lá sua rocinha na beira da sua casa, ele planta, mas não é aquela plantação que o não-índio gostaria de ver, enorme, terras...** E aí ele fala assim: "índio não trabalha, só vive de cesta básica", por exemplo. Não é verdade. Cesta básica a gente recebe porque o governo tá dando. E eles têm lá sua rocinha, sua maneira de viver

[2] Tereré - é uma bebida de origem Guarani feita com a infusão da erva-mate com água gelada. Em Mato Grosso do Sul, a prática foi incorporada aos hábitos de toda a população.

lá e tá tomando tereré, tá vivendo à sua maneira, do seu jeito, ele tá sendo aquele índio, e a mídia interpreta de outro jeito: que eles não fazem nada, que eles são invasores, que eles são índios que gostam de furtar as casas, pegar roupa dos outros... (Professora Kaiowá. *Grifos nossos*)

Urge olhar para o outro não na perspectiva do colonizador, mas de interlocutor. Quase sempre, não há espaço para que a alteridade expresse sua diferença. E para ajustá-lo, exigimos que o indígena deixe de sê-lo e aproxime-se ao máximo daquilo que é considerado normal, lógico, estável, legal. Diferentes são os loucos, os indígenas, os negros, os homossexuais, as crianças, os excluídos, os desempregados, as mulheres, os moradores de rua, enfim, todos os que não se “enquadram” ao modelo. ■

CONDIDERAÇÕES FINAIS – OS PORQUÊS

Em *Para além do pensamento abissal* (2010), o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos argumenta que o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos. A divisão é tal que o “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente. Este salienta-se pela sua capacidade de produzir e radicalizar distinções – civilizado/selvagem, rico/pobre, alta cultura/cultura popular, colonizador/colonizado.

Esta ideologia originária no eurocentrismo vigorou no processo de colonização de modo a naturalizar tais distinções, ao longo do tempo, mesmo depois da independência dos vários países latino-americanos, asiáticos ou africanos. O peruano Aníbal Quijano destaca que o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva cognitiva dos europeus, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia (2010). Renato Ortiz raciocina de maneira similar ao afirmar que “na medida que o colonizado é educado pelo colonizador, tem-se que aquele procura imitá-lo” (Ortiz, 2003, p. 25). Por isso mesmo, grande parte do povo brasileiro, colonizado e educado pelo ideário eurocentrista, preserva esse espírito do pensamento abissal.

Em outro estudo, Santos acrescenta que a geração de não-existência também é proporcionada pelo que chama de *Sociologia das ausências* (2002). Para

ele, a racionalidade da Modernidade desenvolveu uma razão indolente. A indolência está em impor ao todo o que é característica de uma das partes, ou seja, os interesses do homem ideal – europeu, branco, letrado, rico, dominador. Por isso, qualquer pessoa fora do padrão é invisível, não existe e, no caso do indígena brasileiro, não precisa ser ouvido e respeitado.

Por outro lado, esta lógica, segundo Santos, determina uma série de monoculturas. A monocultura do saber enfatiza a primazia do *saber* científico e da alta cultura; despreza e desconsidera quaisquer outros saberes. A monocultura do *tempo linear* entende que a história tem uma direção única e conhecida, a do progresso, modernização, desenvolvimento e, por isso, os que não se adaptam representam o atraso. A lógica da *classificação social* se assenta na naturalização das diferenças e, assim, desrespeita e não reconhece o outro, o diferente. Já a lógica da *escala dominante* torna irrelevante qualquer outra escala; esta privilegia o global e o universal – as características e interesses locais são irrelevantes. Por último, a lógica *produtivista*, que se apoia na monocultura dos critérios de produtividade capitalista; nos termos desta lógica, o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério de produtividade que mais bem serve a esse objetivo.

Ora, quem é o indígena? Por esta racionalidade, o seu saber é “primitivo”, seu modo de vida não visa o “progresso”, é “atrasado”, é um ser “inferior e pouco sociável”, por isso “dominado” e “improdutivo”. Assim, é um inconveniente e irrelevante.

Podemos e devemos, no entanto, conhecer e reconhecer outras lógicas ou, como sugere o próprio Boaventura de Sousa Santos, compreender outros saberes. Para tanto, vamos recorrer aos estudos da Antropologia sobre as questões indígenas.

O Guarani é um grupo indígena que pertence ao tronco linguístico tupi, de família linguística tupi-guarani e subdivididos em três grupos: Nandéva, Mbya e Kaiowá. São também portadores de uma cultura de floresta, e lidam tradicionalmente com atividades de subsistência através da caça, da coleta, da agricultura e em menor quantidade, da pesca. Suas habitações não são como conglomerados, mas estão dispostas em casas isoladas, espalhadas entre clareiras abertas da floresta, distantes umas das outras (Schaden, 1974, p. 33). A escolha territorial destes povos articulava-se pela disponibilidade de locais apropriados, isto é, aqueles que possuíssem recursos naturais, como o mato e a água; longe de ameaças sobrenaturais, como os espíritos maus; proximidade de parentela, e “a incidência ou não de doenças ou mortes repentinas provocadas por causas consideradas não-naturais” (Pereira, 2007, p. 6).

A partir da análise da literatura antropológica, alguns elementos sobre este povo, como os mitos, indicam que, antes mesmo do conceito da “Terra Sem Males” (Schaden, 1974) trata-se na verdade da busca pelo *Bom Viver* (Mura, 2006), pois só é possível viver bem no seu território tradicional. No entanto, este território – de onde foram expulsos – está marcado por uma longa e histórica luta fundiária, e é também onde se pode voltar a viver as práticas tradicionais.

A reza – *nembo’e* – é um importante artifício para chegar-se ao “*bom viver*”. *Bom viver*, isto é, praticar o bom modo de ser e

viver, segundo as normas recebidas pelo xamã. O que nos interessa, também, é perceber que o fato de haver *ñembo'e* para tudo na vida tradicional e cotidiana e, por isso, a dificuldade de imitar o *karai reko*, o modo de ser do “branco”, que não conduz a uma melhora na vida (Mura, 2006, p. 249).

Não resta dúvida que o *território* é visto como ponto principal da harmonia e coesão social e na busca do *bom viver*. A busca do bem estar, que tem a ver com as condições mínimas de alimentação, subsistência, saúde, etc., que é interpretado, entre os Guarani, como “busca do *bom viver*”, é vislumbrado pela ética do *teko porã* (O bom jeito de viver). No entanto, nem sempre o *teko porã* estará em conformidade com o contexto social e ecológico, o que pode justificar as crises atuais de desagregação cultural, dos modelos tradicionais de parentela, as epidemias de suicídio, alcoolismo, entre outros desequilíbrios.

Reforçamos, assim, o quão importante é o território tradicional para os Guarani, para estabelecer o equilíbrio social e cosmológico, e por questão da existência física e étnica, em especial para o equilíbrio entre a vida e o cosmos.

Boaventura de Sousa Santos propõe como contraposição à Sociologia das ausências uma Sociologia cosmopolita (2002), pela qual se pode desenvolver um “trabalho de tradução”. Este constitui um esforço para desmascarar as mazelas proporcionadas por essa razão indolente e criar alternativas para a visibilidade e valorização das vítimas da não-existência. Criatividade. Esta passa pela reflexão, elevação consciência que possa se transformar em ações criativas para encontrar as brechas no sistema.

Nossa expectativa, portanto, está na possibilidade de que jornalistas conheçam e reconheçam outras lógicas, a exemplo da Sociologia cosmopolita e, assim, ao respeitar outros saberes como os aqui apresentados pela Antropologia, possam realizar um “trabalho de tradução”. Que estes possam nos dar esperanças de que tantos invisíveis – como os povos indígenas – sejam tratados como seres humanos. ■

[JORGE KANEHIDE IJUIM]

Doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes da USP. Pós-doutorado em Jornalismo (Universidade de Coimbra).

[ANTÔNIO HILÁRIO AGUILERA URQUIZA]

Doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca; professor de Antropologia e da Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

[MOEMA GUEDES URQUIZA]

Jornalista, mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco; mestranda em Comunicação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRAND, Antonio J. O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá-guarani: Os difíceis caminhos da palavra. (Tese doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 1997.

DUARTE, Jorge. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento. (2010) Disponível em: <http://brasil500anos.ibge.gov.br/> . Acesso em 15 jul 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise crítica da narrativa. Brasília: Editora UnB, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa in LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (orgs). Metodologia de pesquisa em Jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2008.

MURA, Fabio. À procura do “bom viver”: Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2006.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PEREIRA, Levi Marques. Mobilidade e processo de territorialização entre os Guaranis atuais. História em reflexão. Revista eletrônica de História. UFGD. (2007) Disponível em: http://www.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/jan_jun_2007/artigos/mobilidade-e-processos-de-territorializacao-entre-os-kaiowa-atuais. Acesso em 15 jul 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social in SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs). Epistemologias do sul. Coimbra: Almedina, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002: 237-280. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1285>. Acesso: 10 mai 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais à uma ecologia dos saberes in SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs). Epistemologias do sul. Coimbra: Almedina, 2010.

SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura Guarani. São Paulo: EPU./EDUSP, 1974-1954.

SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença: E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

URQUIZA, Moema G. Identidades indígenas na mídia: Um estudo com professores indígenas sobre identidade/diferença e representação. (Dissertação de Mestrado). Campo Grande: Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, 2013.

REPORTAGENS CONSULTADAS

Índios alegam reintegração de posse e invadem oito fazendas em Corumbá. Jornal Eletrônico Mídia Max. Por Evelin Araújo. 7 mai 2012. Disponível em: <http://www.midiamax.com.br/noticias/796346-indios-alegam-reintegracao-de-posse-e-invadem-oito-fazendas-em-corumba.html>. Acesso: 5 jun 2012.

Índios invadem mais 12 fazendas e criam novo foco de tensão no Estado. Campo Grande News, 26 out 2013. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indios-invadem-mais-12-fazendas-e-criam-novo-foco-de-tensao-no-estado>. Acesso: 29 jul 2015.

Índios invadem mais 2 fazendas em Japorã e ateiam fogo em uma delas. Campo Grande News, 27 out 2013. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indios-invadem-mais-2-fazendas-em-japora-e-ateiam-fogo-em-uma-delas>. Acesso: 29 jul 2015.

Índios invadem mais uma fazenda; já são 14 e PF vai ao local para negociar. Campo Grande News, 27 out 2013. Disponível em: http://www.campograndenews.com.br/impresao/?_=%2Fidades%2Finterior%2Findi-os-invadem-mais-uma-fazenda-ja-sao-14-e-pf-vai-ao-local-para-negociar. Aceso: 29 jul 2015.

Índios invadem fazendas e provocam tensão em MS. Correio do Estado, 27 ago 2015 (Versão impressa, chamada de 1ª página).

Indígenas invadem nove fazendas e ameaçam ocupar mais propriedades. Correio do Estado, 27 ago 2015 (Versão impressa - Caderno Cidades, página 15).

Proprietário retoma fazenda e índio morre em confronto. Correio do Estado, 30 ago 2015 (Versão impressa, chamada de 1ª página).

Produtores retomam fazenda invadida e um indígena morre. Correio do Estado, 30 ago 2015 (Versão impressa, Caderno Cidades, página 13).